UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Av. Fernando Ferrari, 514 - Vitória – ES – CEP: 29.075-910
Campus de Goiabeiras
E-mail: ppghis.ufes@hotmail.com
http://www.historia.ufes.br

PROCESSO SELETIVO 2026/1 – EDITAL Nº 05/2025
DOUTORADO EM HISTÓRIA – PPGHIS/UFES

Chave de correção das questões da prova escrita de conteúdo

1. Frédéric Rouvillois (2009) designa o período de 1800 a 1914 como a "Idade de Ouro da Polidez Burguesa", caracterizada pelo paradoxo entre a sofisticação/rigidez crescente das regras de *savoir-vivre* e sua ampla difusão social, notadamente através da multiplicação dos manuais. Com base na tese do autor sobre as transformações da polidez no longo século XIX, analise criticamente a função social de tais regras explorando a tensão inerente entre a necessidade burguesa de criar códigos estritos (barreiras) e a necessidade de moralizar/civilizar a sociedade (difusão), a partir dos eixos abaixo:

a) A polidez como mecanismo de legitimação e distinção social da nova elite pós-Revolução Francesa.
b) O papel dos manuais como agentes de regulação, padronização e, paradoxalmente, de desintegração da sociologia tradicional da polidez.

Chave de correção:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

I. Compreensão da Tese Central: Identificação e articulação do paradoxo Rouvillois: a simultânea rigidez/complexidade e difusão/acessibilidade do *savoir-vivre* burguês.

II. Contextualização Histórica: Habilidade de relacionar a polidez com a consolidação da burguesia como classe dominante pós-Revolução Francesa.

III. Análise Crítica: Profundidade na discussão sobre a função ambivalente dos manuais (regulação versus desintegração).

ESTRUTURA DA RESPOSTA ESPERADA:

INTRODUÇÃO (CONCEITUAÇÃO DO PERÍODO)

I. Breve apresentação do autor e da obra.

II. Definição: Apresentar a "Idade de Ouro" (1800-1914) como o apogeu da polidez, onde o savoir-vivre se torna o instrumento de poder cultural da burguesia.

III. Paradoxo Central: O período é definido pela tensão entre a criação de códigos de etiqueta extremamente rígidos e detalhados e a ampla difusão desses códigos a setores mais vastos da sociedade (classes médias).

a. POLIDEZ COMO MECANISMO DE LEGITIMAÇÃO E DISTINÇÃO SOCIAL

Legitimação Pós-Revolucionária:
I. O novo *savoir-vivre* é uma revanche contra a "grosseria revolucionária" e o igualitarismo. Reafirma a ordem, a hierarquia e o *decorum*.
II. A polidez burguesa é moralizada, baseada em valores como respeitabilidade, recato e autocontrole, em contraste com a frivolidade atribuída à aristocracia.
III. Distinção Social (O Novo Filtro):

- O domínio do código de etiqueta substitui o nascimento como principal critério de elite. A polidez é a prova de pertencimento à nova classe dominante.
- A complexidade e rigidez das regras atuam como barreira de entrada, dificultando que parvenus (os recém-ricos que não possuem o *habitus*) adquiram a distinção de forma convincente. O código exige tempo e um ambiente social propício para ser interiorizado.

b. O PAPEL AMBIVALENTE DOS MANUAIS E A DESINTEGRAÇÃO DA SOCIOLOGIA DA POLIDEZ

I. Função de Regulação e Padronização:

- Os manuais (de etiqueta, de conversação, de comportamento) multiplicam-se como resposta à fluidez social e ao anonimato urbano pós-industrialização.
- Eles fornecem um código de conduta uniformizado para que indivíduos de diferentes origens, mas de status social equivalente, pudessem se reconhecer e interagir em espaços públicos e privados.

II. A Desintegração da Sociologia da Polidez:

- Rouvillois argumenta que, ao ser codificada e ensinável, a polidez perde seu caráter de expressão espontânea e inata de uma classe.
- A polidez transforma-se em uma técnica, uma máscara ou representação teatral que pode ser aprendida e imitada (mimetismo social).

- Este processo leva ao esvaziamento do sentido do savoir-vivre. O excesso de formalismo e detalhe transforma o código em algo opressor e superficial, onde a conformidade externa importa mais do que a virtude interna.

CONCLUSÃO (SÍNTESE DA TENSÃO)

O candidato deve reafirmar que a "Idade de Ouro" foi a fase de máxima exigência formal da polidez, mas foi justamente essa codificação excessiva e a sua difusão (via manuais) que erodiram sua capacidade de ser um mecanismo infalível de distinção social.

A rigidez e o formalismo excessivos levaram ao esgotamento do código burguês, preparando a sociedade para a crise e a rejeição da polidez no século XX.

---

2. No capítulo 7 de *Brasil em Projetos* (2020), Jurandir Malerba analisa a “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América” (c. 1797- 1798) de D. Rodrigo de Souza Coutinho, destacando-a como um projeto reformista-ilustrado essencial para a sobrevivência do Império Português em crise. Com base na análise de Malerba, explique a concepção política e econômica central de D. Rodrigo, detalhando as principais medidas propostas para a América Portuguesa (Brasil) e discuta as tensões (ou contradições) inerentes ao projeto, que buscava modernizar a administração e a economia sem romper com a estrutura de domínio imperial.

Chave de resposta:

Resposta esperada:

Espera-se que o candidato(a) introduza com uma breve apresentação do autor e da obra. Em seguida aborde criticamente a análise de Jurandir Malerba sobre a “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América” (c. 1797-1798), de D. Rodrigo de Souza Coutinho, destacando-a como um projeto de reformismo ilustrado essencial para a sobrevivência do Império Português em crise no final do século XVIII.

Concepção Política e Econômica Central

D. Rodrigo formula um dos projetos de reforma colonial mais articulados do período, sintetizando uma visão ilustrada de Estado que buscava enfrentar a crise estrutural do Antigo Regime português. A concepção central defendia que a sobrevivência do império dependia da superação da política colonial mercantilista e parasitária, que tratava a colônia

apenas como espaço de extração e monopólios. Para ele, a América Portuguesa deveria ser vista como parte integrante de um projeto imperial dinamizado.
A racionalização administrativa, o incremento produtivo e a reorganização das relações metrópole-colônia eram os fundamentos para a preservação do poder português no Atlântico. A ideia era criar um império mais coeso e forte economicamente, capaz de resistir à competição internacional e às ameaças emancipacionistas.

Principais Medidas Propostas para o Brasil

As propostas visavam a modernização econômica e administrativa da colônia:

- Reforma Econômica: D. Rodrigo defendia o fomento à agricultura, à manufatura (desde que não fosse predatória aos interesses essenciais da metrópole) e ao comércio interno e externo. A meta era a diversificação produtiva, o estímulo ao povoamento e a introdução de técnicas modernas, além da criação de infraestruturas para integrar economicamente o vasto território. Essa autonomia produtiva, paradoxalmente, era vista como forma de fortalecer a própria metrópole.

- Reforma Administrativa: Propôs combater a ineficiência burocrática e a corrupção que minavam a autoridade régia. Sustentava a necessidade de uma administração profissionalizada, centralizada e alinhada aos princípios de racionalidade e utilidade pública ilustrados, capaz de disciplinar as elites locais e promover um governo fiscalmente saudável.

- Coesão Ideológica: Associou-se a defesa de um "patriotismo imperial", buscando cooptar súditos americanos e europeus em torno de um ideal comum de prosperidade imperial, uma tentativa de evitar movimentos de ruptura.

As Tensões (Contradições) Inerentes ao Projeto

A análise crítica, baseada em Malerba, reside em expor a tensão central do projeto: D. Rodrigo buscava a modernização da administração e da economia (com medidas que se assemelhavam ao liberalismo econômico), mas sem jamais romper com a estrutura de domínio imperial. A contradição se manifesta no fato de o projeto propor o desenvolvimento produtivo da colônia (fomentando manufaturas e comércio) como forma de evitar sua perda, mas sem conceder a ela a plena soberania política ou econômica. O desenvolvimento era um meio para a "redenção imperial", não para a emancipação. O reformismo ilustrado luso-brasileiro, nesse sentido, tentava responder à crise do império utilizando instrumentos de modernização (racionalidade, livre produção) com a finalidade de preservar a ordem monárquica e colonial, um esforço que se mostrou inviável a longo prazo, dado o crescente ímpeto autonomista das elites americanas.

3. A retirada da escultura clássica representando a figura heroica do David, de autoria de Michelangelo, da Piazza della Signoria em Florença, onde se encontrava exposta desde o século XVI, e seu deslocamento no século XIX para um museu (Galeria da Academia), substituindo-a por uma cópia, foram iniciativas que, segundo Diego de Paiva, no texto "O David de Michelangelo através de suas cópias no século XIX: ou sobre o protagonismo dos coadjuvantes" (2016), geraram controvérsias ao interferir e modificar a relação espaço/público e espaço/obra. Analise a problemática apontada pelo autor, com foco nas seguintes questões:

a) Quais foram as razões ou justificativas (históricas, artísticas ou de preservação) usadas para a retirada da escultura original do local público onde se encontrava?

b) Discuta o que motivou a execução e instalação pública de diferentes cópias da obra, ao longo do século XIX até o início do século XX, abordando o papel dessas cópias na reconfiguração da memória urbana.

c) Analise os fatores favoráveis e desfavoráveis à visualização e recepção da escultura pelo público no espaço do museu, considerando a tensão entre a função cívica original da obra e o novo ambiente de musealização.

Chave de correção

Espera-se que o candidato mobilize a argumentação presente no texto de base e seu conhecimento historiográfico para analisar a problemática da circulação da obra de arte no século XIX.

a. Razões ou Justificativas para a Retirada da Escultura Original
(Análise de Preservação e Contexto)

O candidato deve identificar que a principal justificativa utilizada para a retirada do David da Piazza della Signoria, onde estava desde o século XVI, foi a necessidade de preservação e conservação.

I. Deterioração: A estátua original sofria desgaste devido à exposição contínua às intempéries, com fissuras e risco de danos.
II. Segurança: A iniciativa visava proteger a peça.

III. Substituição: A peça original foi deslocada para um museu, sendo substituída por uma cópia no espaço público.

b. Motivação para a Execução e Instalação Pública de Cópias
(Análise do Papel Social e Simbólico da Cópia)

O candidato deve discutir que a execução e instalação pública de cópias ao longo do século XIX até o início do século XX foram motivadas não apenas pela substituição física, mas pela necessidade de manter a função simbólica e cívica da obra no espaço urbano.

I. Manutenção da Referência Cívica: A cópia garantia que o símbolo heroico e político do David permanecesse no local, mantendo sua relevância para o espaço/público.

II. Interferência e Modificação: Segundo o autor, a cópia teve um protagonismo ao interferir e modificar a relação espaço/público e espaço/obra, gerando experimentações e controvérsias.

III. Função Didática/Patrimonial: As cópias, historicamente, serviram para a difusão estética, ensino e afirmação do patrimônio, sendo utilizadas para reconfigurar a memória urbana.

c. Fatores Favoráveis e Desfavoráveis no Espaço do Museu
(Análise da Tensão Musealização vs. Função Cívica)

O candidato deve contrastar as condições do espaço público original com o ambiente do museu, analisando os efeitos na visualização e recepção:

Fatores Favoráveis (Preservação/Contemplação):

1. Proteção e Estabilidade: O ambiente do museu protege a obra da deterioração e garante sua permanência para futuras gerações.
2. Foco Estético: O museu oferece um ambiente controlado, ideal para a contemplação estética e análise formal da escultura.

Fatores Desfavoráveis (Perda de Sentido/Acesso):

1. Perda da Função Cívica: A musealização desvincula a obra de seu contexto original (cívico, político, monumental), alterando seu significado e sua relação com o público.
2. Mudança na Relação Público/Obra: O público passa a interagir com a obra sob as regras do museu, perdendo o acesso irrestrito e popular do espaço público.

4. A história do tempo presente, segundo Christian Delacroix, apresenta desafios epistemológicos e metodológicos específicos, especialmente pela proximidade entre o historiador e os acontecimentos que narra. Com base no artigo *A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras*, analise as particularidades dessa abordagem historiográfica em comparação com outras formas de escrita da história, destacando os dilemas éticos, políticos e teóricos que ela impõe. Em sua resposta, reflita sobre o papel da memória, das fontes orais e da relação com os meios de comunicação na construção dessa narrativa. Articule essa discussão com a obra *Sobre o autoritarismo brasileiro*, de Lilia Schwarcz, especialmente os capítulos *Raça e gênero* (Cap. 7) e *Intolerância* (Cap. 8), contextualizando como o autoritarismo se manifesta no Brasil por meio da exclusão social, do apagamento simbólico e da violência contra grupos racializados, mulheres e outras minorias.

Chave de correção:

Uma história sob a exigência das reivindicações memoriais

A denominação “história do tempo presente” começou de fato a se tornar comum para os historiadores franceses a partir da criação, em 1978, do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), cujo primeiro diretor foi François Bédarida (até 1990), segundo o modelo do *Institut für Zeitgeschichte* de Munique – criado em 1950. O IHTP sucede ao Comitê Francês de História da Segunda Guerra Mundial, criado em 1951. Esta filiação institucional é sem dúvida nenhuma um dos elementos explicativos do lugar eminente ocupado pela Segunda Guerra Mundial nos temas e campos de pesquisa privilegiados pelo IHTP na França.

A criação de organismos dedicados ao estudo do passado recente da Segunda Guerra Mundial não diz respeito apenas à França e à Alemanha, pois centros de pesquisa do mesmo gênero são criados desde 1944 nos Países Baixos, depois na Itália (1949), na Áustria (1963), Bélgica (1970) e mais tardiamente (em 1986) na Grã-Bretanha. (43-44).

A HTP teve na sequência desenvolvimentos importantes em outros países, como na Espanha a partir dos anos 1990 ou na América Latina

Mundialização das questões de memória. Passados traumáticos; as experiências de dezenas de Comissões da Verdade, a partir da década de 1970.

Esta lembrança não significa que a prática de uma história do passado recente date do fim dos anos 1970, uma vez que os historiadores que a produziram antes dessa data – e mesmo desde as origens da história, com os historiadores gregos – são muito numerosos.

De todo modo, durante os anos 1945-1970, a suspeita em relação à história do passado recente é evidente em numerosos historiadores europeus.

Contexto do surgimento:

A afirmação e a tematização como área, assim como a institucionalização da HTP na Europa, devem, portanto, ser relacionadas aos contextos nacionais posteriores a 1945, os quais têm um ponto comum: o choque do evento-ruptura, da "catástrofe" da Segunda Guerra Mundial e o peso de "um passado que não quer passar", como o passado nazista para a Alemanha e o passado de Vichy para a França, pois eles constituíram grandes traumatismos nas identidades e nas consciências históricas nacionais. (45).

PRESSÃO PARA O JULGAMENTO MORAL DO PASSADO RECENTE:

Da luta pelo reconhecimento à institucionalização:

O desenvolvimento da HTP na França inicialmente tomou a forma, durante os anos 1980 até o início dos anos 1990, de uma verdadeira luta pela legitimação e pelo reconhecimento científicos a fim de responder às objeções levantadas contra a possibilidade mesma de uma história "normal" do passado recente, à medida que se multiplicavam os campos de pesquisa e os trabalhos empíricos, principalmente acerca da Segunda Guerra Mundial no caso da França. (47).

OS CONTRA-ARGUMENTOS DOS CRÍTICOS DA HTP:

- A ausência de recuo cronológico considerado como uma deficiência é de certo modo neutralizada pelo recuo metodológico, única distância eficiente para o trabalho do historiador, qualquer que seja o período estudado;

- A não-acessibilidade de alguns arquivos do passado recente é compensada pela abundância das fontes substitutivas – das quais fazem parte os "arquivos orais" provocados pelo pesquisador;

- "A ignorância do dia seguinte" e o trabalho sobre processos não "terminados" se tornam trunfos, pois eles permitem se desfazer da "ilusão retrospectiva da fatalidade" ao favorecerem uma maior atenção ao "campo dos possíveis" das situações históricas.

Esses contra-argumentos de distinção então promovidos pela HTP são os do evento, da testemunha, da memória e da demanda social.

- RECORTE TEMPORAL: definição Europa no fim da 2ª Guerra.

Acerca da singularização do tempo presente por seu "objeto", alguns historiadores propuseram um procedimento clássico de periodização por datas-rupturas, sendo o "tempo presente" definido como um novo período ou subperíodo da história contemporânea. A mais corrente dessas rupturas é, na Europa, a Segunda Guerra Mundial. (49).

FONTE: testemunho e História Oral.

A singularização pelo lugar das testemunhas. Fonte oral; arquivo oral:

Desafio: o tratamento puramente "documental" e "técnico" da questão do testemunho reduzida ao estatuto informativo de "fonte oral" era igualmente uma maneira de dar conta da exigência epistemológica do projeto de verdade da história, as fontes orais reputadas subjetivas se viam criticadas como as outras fontes. (53)

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL: década de 1980-1990:

Arquivos digitais, comissões da verdade, monumentos, museus, pulsão memorial, etc.

DILEMA HISTÓRIA E MEMÓRIA:

No contexto da prática da HTP, a questão da testemunha viva "encontra" inevitavelmente a questão da memória: a noção de presente implica de fato a noção de memória concebida na esteira de Agostinho como o presente do passado. (53)

A História do Tempo Presente no "grande debate" história/memória

A "maré memorial"

A temática da memória se impôs no espaço público europeu a partir dos anos 1970, ligada sobretudo (mas não somente) ao reexame dos "passados temáticos" como o da Ocupação (1939-1945) na França; **é o que Pierre Nora chamou de "a maré memorial".**

HISTÓRIA DAS VÍTIMAS. Dever de memória.

Mas o risco é grande de criminalizar a história ao projetar sobre o passado as categorias (jurídicas sobretudo) que são as nossas e assim ceder a uma reflexão de "moralização retrospectiva" do passado, que é uma forma de anacronismo. O termo "judicialização" da

história quer dizer dar conta desse tipo de procedimento que enfeixa juntas memória, justiça e história (55).

- A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE SOB O RISCO DAS DEMANDAS SOCIAIS.

A questão dos usos públicos da história diz respeito a uma outra linha de argumentação importante para singularizar a HTP, que passa pela questão da relação com a demanda social. 46.

A relação ambígua da história do tempo presente com a demanda social.

LIBERDADE DO HISTORIADOR X Demanda social.

Nos textos de Bédarida, pode designar tanto a consciência histórica (no sentido em que o historiador molda a consciência histórica de seu tempo), a clássica demanda de Estado (tipo de comemoração), as solicitações das mídias ou as demandas privadas, quer elas emanem de indivíduos, quer de empresas ou ainda de grupos e de comunidades. (65).

O desafio epistemológico mais difícil (e que lhes é específico) para os historiadores que reivindicam a HTP (pelo menos para aqueles que lidam com questões epistemológicas) continua sendo, portanto, justificar a sua reivindicação da necessidade de responder a demanda social e a tese segundo a qual “o procedimento do historiador está na dependência direta da demanda social”57 ao mesmo tempo em que não transige com a pretensão de objetividade que é um valor chave da “cultura do ofício” dominante entre os historiadores.

Um argumento importante de legitimação da HTP é, com efeito, que ela responderia a uma “nova demanda social” de história na virada dos anos 1970 e mais amplamente que ela é o “produto” de um novo contexto. A afirmação da história do tempo presente está assim ligada a um contexto externo (intelectual, social, econômico, político) e participaria do que François Bédarida chama de “virada epistemológica” da disciplina nos anos 1970, que vê “a reintegração do presente no território do historiador” no momento em que a história se redefiniria “em relação à sociedade”. (66).

A História do Tempo Presente é “filha do seu tempo”.

A HTP estaria então em um lugar privilegiado para colocar essas reflexões à prova de suas pesquisas empíricas, uma posição certamente singular, mas de modo nenhum fora do ordinário do fazer da história.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Av. Fernando Ferrari, 514 - Vitória – ES – CEP: 29.075-910
Campus de Goiabeiras
E-mail: ppghis.ufes@hotmail.com
http://www.historia.ufes.br

SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO

7- Raça, Gênero e Violência no Brasil

Durante a análise do capítulo intitulado "Raça e gênero", o aluno deve discutir como os marcadores sociais da diferença são construídos historicamente e utilizados na sociedade brasileira para gerar e perpetuar preconceito, discriminação, violência e desigualdade estrutural. Inicialmente, o aluno deve dissertar e apresentar as raízes históricas dos chamados marcadores sociais da diferença, como raça, gênero e orientação sexual. Em seguida, como essas categorias colaboraram na construção histórica que geram preconceito, discriminação e violência na sociedade brasileira.

Na questão, o aluno deve ainda destacar os conceitos e discutir como essas categorias se interconectam (interseccionalidade) para criar desigualdades sociais e vulnerabilidades específicas, citando estatísticas sobre a violência e a expectativa de vida que afetam desproporcionalmente populações negras e jovens, especialmente mulheres e indivíduos LGBTQ+. O aluno precisa contextualizar como o racismo estrutural, a persistência da cultura do estupro e do feminicídio, no Brasil colonial e patriarcal, além de discutir a ineficácia das políticas públicas atuais e o retrocesso na proteção dos direitos humanos de minorias agravaram a situação desses setores da sociedade. Finalmente, o aluno precisa discutir a importância das lutas sociais e da visibilidade política, segundo a autora, no combate a discriminação sistêmica e avançar na construção de leis e políticas públicas na sociedade recente.

8- Intolerância no Brasil: Raízes e Consequências:

No texto o aluno deve examinar a intolerância no Brasil, desafiando a noção de que o país é um "paraíso da tolerância". Deve discutir o percurso histórico dessa ideia, traçando-a até o período colonial e a narrativa épica de Camões, que justificava a dominação portuguesa. Além disso, deve descartar ainda explora a atuação dos jesuítas, especialmente Padre Antônio Vieira, na catequização dos povos nativos, apontando para a resistência indígena e a falácia da assimilação. O texto precisar analisar a elaboração histórica sobre como essas noções idealizadas de tolerância e convivência no Brasil afetam a realidade histórica e contemporânea da intolerância. Entre eles, o aluno deve citar: O Mito da Nação Pacífica, as Raízes Históricas e Justificativa da Dominação, a Cordialidade e Negação do Conflito, a Polarização Política e Lógica Binária e apresentar dados que apontam para as manifestações de intolerância.

O aluno deve discutir as manifestações da intolerância na sociedade contemporânea, incluindo dados sobre crimes de ódio e a polarização política impulsionada pelas redes

sociais. Finalmente, contextualizar como a intolerância enfraquece a democracia e favoreceu as recentes manifestações autoritárias. O aluno precisar dissertar sobre os mecanismos – apresentados pela autora – para a solução da Intolerância e do autoritarismo, em especial, das políticas públicas educacionais.